

# Burocracia e má gestão também explicam resultado

*Executivo federal gastou R\$ 1,67 bi menos do que o autorizado em despesa que inclui investimentos*

SÉRGIO GOBETTI

**B**RASÍLIA – Problemas burocráticos e de gestão dos ministérios, além do aperto fiscal, também colaboraram para a economia recorde de recursos públicos em março. De acordo com dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siaf), os órgãos do Executivo federal gastaram no primeiro trimestre R\$ 1,67 bilhão a menos do que estava liberado para pagamento das chamadas despesas discricionárias, como investimentos.

Pelos decretos de programação financeira dos Ministérios da Fazenda e Planejamento, os ministérios poderiam ter gasto nos últimos três meses R\$ 14,13 bilhões para quitar despesas de 2004 e “restos a pagar” de 2003, mas só utilizaram R\$ 12,46 bilhões. De acordo com técnicos, é normal haver diferenças como essa, já que cada órgão tem um limite de gasto, escalonado até o fim do ano, mas alguns casos revelam nítidas dificuldades operacionais.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário, por exemplo, só

utilizou R\$ 78,2 milhões dos R\$ 395 milhões liberados pela área econômica no primeiro trimestre. De acordo com assessores do ministro Miguel Rossetto, essa situação se deve principalmente ao atraso na emissão e pagamento dos Títulos da Dívida Agrária (TDA) utilizados nas desapropriações – responsabilidade compartilhada com o Tesouro Nacional.

Outros ministérios que costumam se queixar da falta de recursos também gastaram menos do que tinham disponível. A pasta de Integração Nacional, de Ciro Gomes, gastou R\$ 105 milhões dos R\$ 206 milhões já liberados, e os Transportes, R\$ 311 milhões de R\$ 458 milhões. Pelos dados do Tesouro, o volume de empenho das despesas praticamente dobrou do primeiro trimestre de 2003 para 2004, mas os pagamentos (que contam para o cálculo do superávit) só cresceram 22% no período.

Resultado: o governo federal acumula um superávit primário de R\$ 17,9 bilhões nos três primeiros meses, apesar de a Previdência Social, isoladamente, apresentar déficit de R\$ 6,6 bilhões. A economia obtida pela União já equivale a 44% de sua cota de R\$ 40,7 bilhões na meta de superávit primário de todo o setor público, que deve ser de R\$ 70,6 bilhões em 2004.